



**Este artigo** está licenciado sob uma licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

**Você tem direito de:**

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato.

Adaptar — remixar, transformar, e criar a partir do material para qualquer fim, mesmo que comercial.

**De acordo com os termos seguintes:**

Atribuição — Você deve dar o **crédito apropriado**, fornecer um link para a licença e **indicar se mudanças foram feitas**. Você deve fazê-lo em qualquer circunstância razoável, mas de maneira alguma que sugira ao licenciante a apoiar você ou o seu uso.

**Sem restrições adicionais** — Você não pode aplicar termos jurídicos ou medidas de caráter tecnológico que restrinjam legalmente outros de fazerem algo que a licença permita.



**This article** is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International.

**You are free to:**

Share — copy and redistribute the material in any medium or format.

Adapt — remix, transform, and build upon the material for any purpose, even commercially.

**Under the following terms:**

Attribution — You must give **appropriate credit**, provide a link to the license, and **indicate if changes were made**. You may do so in any reasonable manner, but not in any way that suggests the licensor endorses you or your use.

**No additional restrictions** — You may not apply legal terms or technological measures that legally restrict others from doing anything the license permits.

ISSN 1518-1219

Boletim de Análise de  
Conjuntura em Relações  
Internacionais

N<sup>os</sup> 36/37

Julho – Agosto – 2003



INSTITUTO BRASILEIRO DE  
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

## S U M Á R I O

**A DOCTRINA RUMSFELD. NOVO  
PARADIGMA DA GUERRA MODERNA?**

*JOÃO FÁBIO BERTONHA*

**EQUÍVOCOS ACERCA DO CONCEITO  
DE INTERNACIONALIZAÇÃO DE  
ESPAÇOS**

*CLARITA COSTA MAIA*

**VOCÊ JÁ TOSSIU HOJE? OS EFEITOS  
DA PNEUMONIA ASIÁTICA**

*PAULO ANTÔNIO PEREIRA PINTO*

**A CONSTITUIÇÃO, O PARLAMENTO E  
A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA**

*UMBERTO CELLI JUNIOR*

**COMÉRCIO INTERNACIONAL E  
DESENVOLVIMENTO**

*ROBERTO DI SENA JÚNIOR*

**O MAPA DA ESTRADA**

*CRISTINA SOREANU PECEQUILO*

**IRAQUE: A DIFICULDADE DA  
ESTABILIDADE POLÍTICA**

*VIRGÍLIO CAIXETA ARRAES*

**A CÚPULA DE WASHINGTON**

*CRISTINA SOREANU PECEQUILO*

**QUE ESPERA DE KIRCHNER  
O BRASIL DE LULA?**

*AMADO LUIZ CERVO*

## ***A Doutrina Rumsfeld. Novo paradigma da guerra moderna?***

**João Fábio Bertonha\***

No seu brilhante livro “A History of Warfare” (London, Hutchinson, 1993), o historiador britânico John Keegan demonstra como a guerra, apesar de presente na sociedade humana desde sempre, não é nem de longe uma atividade imutável ou única. No decorrer dos séculos, as várias culturas humanas viram o combate de forma diferente e, nos momentos em que maneiras diferentes de pensar a guerra foram postas em choque, normalmente uma se revelou superior e derrotou a outra. Foi o que ocorreu, por exemplo, quando os gregos derrotaram os persas ou os espanhóis os astecas.

A guerra, com as suas funções, limites e rituais, tem sido pensada, portanto, de forma diferente no decorrer da História e as implicações disto no relacionamento entre as sociedades parece claro. Além disso, essas “filosofias de guerra” diferentes implicam em muito mais do que o simples combate, refletindo o próprio coração da sociedade em que estão inseridas.

Mesmo se nos restringirmos às táticas e técnicas dentro do campo de batalha, contudo, a guerra dificilmente poderia ser considerada algo estático, parado no tempo. Às vezes como resultado de inovações tecnológicas (como o cavalo, o arco composto e a pólvora) ou simplesmente de uma nova maneira de pensar, as inovações no campo tático são contínuas e mudam radicalmente o panorama dos campos de batalha. Da falange grega às divisões panzer nazistas, passando pelas legiões romanas e pelas fortalezas do Renascimento, a guerra é, no campo de batalha, uma infinita disputa entre tecnologias e doutrinas militares e, normalmente, quem demora a se adaptar à evolução das mesmas corre o risco de ser derrotado. A França de 1940 (lutando a Segunda Guerra Mundial com as armas e técnicas da Primeira) é um exemplo clássico disto.

Nesse artigo, gostaria de examinar as recentes intervenções americanas no Afeganistão e no Iraque, com vistas a verificar a hipótese de que estamos em um novo momento de mudança do paradigma militar, efetivado pelos

\* Doutor em História Social pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), pesquisador associado do Centro de Estudos de Migrações Internacionais (CEMI) da mesma Universidade e Professor de História Contemporânea na Universidade Estadual de Maringá/PR.

## ***Iraque: a dificuldade da estabilidade política***

**Virgílio Caixeta Arraes\***

Há alguns meses atrás, o Presidente George Bush comunicou o início da II Guerra do Golfo, com vistas a extrair do poder o grupo do ditador Sadam Hussein, em face da ameaça que representaria para a segurança do mundo – a posse de armas de destruição em massa –, por não respeitar “(...) convenções de guerra ou regras de moralidade”<sup>1</sup>. Cerca de 5 semanas mais tarde, o conflito militar seria declarado encerrado e iniciar-se-ia a segunda fase: a gestão administrativa do Iraque, reduzido a um protetorado norte-americano, a ser governado por um general da reserva, indicado pelo Ministro da Defesa Rumsfeld, sem a supervisão da Organização das Nações Unidas. Assim, os Estados Unidos reservavam para si as decisões mais importantes – gerenciamentos dos recursos petrolíferos e hídricos, instauração do regime político, contratos para restabelecer a infraestrutura do país etc –, deixando questões de somenos importância para uma eventual futura negociação com outras potências, que não apoiaram a ação militar, de cunho preventivo.

Entretanto, em pouco tempo, o General Jay Garner seria substituído no topo da hierarquia pelo diplomata Paul Bremer. Entraria no proscênio também a ONU, que enviaria um dos seus funcionários mais prestigiados, Sérgio Vieira de Mello, com a experiência de êxito no Timor Leste, para auxiliar tanto o governo americano como o conselho de governo iraquiano. Com isto, à primeira vista, apaziguar-se-iam os primeiros sentimentos de desconfiança e hostilidade da população iraquiana, à medida que se alargaria a participação internacional e diminuir-se-ia o aspecto militar da ocupação.

Todavia, diferentemente do Afeganistão, onde o comando da gestão administrativa foi logo

entregue aos opositores do antigo governo talibã – principalmente os da Aliança do Norte –, restaram aos norte-americanos o planejamento e gestão da questão energética do país, ou seja, a construção e manutenção de um gasoduto, que partiria do Turcomenistão para chegar até o Paquistão, minimizando a importância geográfica do Irã. Assim, o governo atual encarrega-se de enfrentar militarmente a resistência talibã, operante a partir da fronteira com o Paquistão, reduzindo as perdas humanas para as forças armadas americanas, apesar de inúmeras bases lá instaladas, e, conseqüentemente, o desgaste político perante a sua opinião pública.

Deste modo, esperar-se-ia o mesmo *modus operandi* no Iraque, em que logo os Estados Unidos transfeririam a gestão administrativa rotineira aos grupos contrários ao Partido Baath, que cuidariam de reorganizar o país politicamente, proporcionando-lhe uma moldura ocidental, ou seja, a instalação de instituições democráticas, ao menos, *pro forma*. Todavia, até o momento, isto está longe de acontecer, gerando um abatimento político e econômico para os Estados Unidos e psicológico para as tropas mantidas lá, porque, de fato, o país assumiu a administração do Iraque, tendo de providenciar ampla assistência, incluindo forças policiais, a uma população sofrida e impaciente com anos de ditadura, sanções da comunidade internacional e três grandes conflitos em uma década e meia.

Por que então duas formas de procedimento no pós guerra, se a ação militar teve êxito aparente, ao expelir do poder central os grupos dominantes?

Duas hipóteses que se entrelaçariam: a identidade territorial afegã, embora marcada por inúmeros grupos étnicos e religiosos, é mais consolidada

\* Professor do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília.

<sup>1</sup> <http://www.whitehouse.gov/news/releases/2003/03/iraq/20030319-17.html>

que a iraquiana, porque sua população por várias gerações defrontou-se com persas, britânicos e russos, de modo que o país, apesar da diversidade, manteve certa integridade territorial, diferentemente do Iraque, nascido por meio da queda do Império Otomano, fruto dos debates do pós I Guerra Mundial e, portanto, com uma identidade política mais tênue, em face tanto da divisão religiosa que marca a população do país como da novel constituição territorial.

A segunda referir-se-ia aos seus recursos naturais: petróleo<sup>2</sup>, primeiramente, que comporia a segunda reserva do mundo, apenas atrás da Arábia Saudita, e, portanto, de vital interesse para a economia norte-americana e ocidental. A sua plena disponibilidade facultaria ao Estados Unidos diminuir a importância estratégica da Arábia Saudita e equilibrar os preços a longo prazo. Segundo, os recursos hídricos, que providenciam ao Iraque um posto de primeiro plano regionalmente, com vistas à agricultura e instalação de indústrias.

Deste modo, a hipótese de uma fragmentação do país, fosse por motivos religiosos – xiitas (60% da população, incluindo parte dos curdos) versus sunitas –, fosse por motivos étnicos – a criação de um Estado curdo, que poderia abranger quase um 1/5 da atual população iraquiana – geraria turbulências graves no xadrez geopolítico, auferindo ganhos possíveis para o Irã – um dos componentes do Eixo do Mal da política externa norte-americana – e perdas possíveis para a Turquia – uma de suas mais ferrenhas aliadas, mesmo com o recente arrufo, por causa do uso de bases militares do país na guerra.

Por conseguinte, uma das grandes preocupações da administração pós-protetorado foi a formação de um conselho, de início mais consultivo que operador,

que abrigaria vozes políticas, religiosas e étnicas abafadas pela gestão do Partido Baath, a que pertencia Sadam Hussein, que chegara ao poder em 1968. Deste modo, aplacavam-se, aparentemente, os temores de uma secessão política/territorial do país. Com isto, abafar-se-iam tentativas de os xiitas assumirem o poder e instalarem um regime teocrático, inspirado no Irã.

Na consolidação de um novo quadro, há a instalação de bases militares em pontos estratégicos do país, como nas fronteiras com a Síria e Jordânia e na própria capital Bagdá. Tal medida permitiria diminuir efetivos na Turquia e, notadamente, na Arábia Saudita, justificados pela ameaça que o Iraque representava após a invasão do Coveite, em 1991, e isolar ainda mais o Irã, em função dos pontos já instalados no Afeganistão. Deste modo, reforçar-se-ia o acesso às reservas energéticas.

Se, em um plano mundial, a queda da União Soviética possibilitou o surgimento de fusões e fissões de países em seu território original e em suas áreas de influência mais próximas, é possível que a unidade do Iraque tenha sido mantida em função da ditadura secularizada do Partido Baath, conduzida, posteriormente, com mão de ferro por Sadam Hussein. Com a queda de seu regime, há a possibilidade de que situações políticas/territoriais específicas, que foram suspensas por eventos regionais ou mesmo mundiais, como a Guerra Fria, por exemplo, despertem impetuosamente, de forma que os Estados Unidos podem auferir ganhos econômicos advindos dos recursos energéticos do Iraque em escala inferior à que esperavam, em virtude de, paradoxalmente, terem de manter a união do país, utilizando também a força, com custos materiais e humanos mais altos do que os anteriormente indicados.

<sup>2</sup> Consoante o Porta-Voz do Ministério da Fazenda da Bélgica, Wally Struys, o Iraque possuiria 74 campos petrolíferos descobertos, mas com modestos 15 em operação e somente 125 das 526 plataformas em uso. [www.estadao.com.br/agestado/noticias/2003/abr/02/93.htm](http://www.estadao.com.br/agestado/noticias/2003/abr/02/93.htm)